



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AUDITORIA ADMINISTRATIVA DE CONTROLE INTERNO**

OBJETO: Prestação de Contas Anual (PCA)

ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)

EXERCÍCIO: 2017

Relatório de Auditoria – Prestação de Contas Anual – Tesouro

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem a missão de garantir a todos prestação jurisdicional célere e efetiva, assegurando o direito e a cidadania em prol da paz social. Neste contexto, todas as ações são conduzidas no intuito maior de levar o judiciário a cumprir seus altos desígnios, fazendo-o processualmente célere, tecnicamente efetivo, socialmente eficaz e politicamente independente.

2. Em obediência ao art. 10 da Lei nº16.208/2017, cumpre à Auditoria Administrativa de Controle Interno emitir certificado de auditoria, atestando a regularidade ou a irregularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

3. A Lei nº 12.509/1995 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará) estabelece, em seu art. 8º, § 6º, que os processos de Tomada ou Prestação de Contas, bem como, os de responsabilidade de gestores e agentes públicos, deverão ser apresentados ao Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do encerramento do correspondente exercício financeiro, e julgados até o término do exercício seguinte ao da apresentação.

2. PEÇAS PROCESSUAIS

4. A Prestação de Contas Anual analisada, correspondente ao exercício de 2017, engloba a aplicação dos Recursos Orçamentários do Tesouro do Estado no âmbito do Poder Judiciário Cearense, constando das peças processuais arroladas no Anexo I da Instrução Normativa TCE-CE nº 01/2018.

5. Convém informar, que houve vacância no cargo alusivo ao responsável pelo Setor de Patrimônio, no interstício de 04 de abril a 07 de maio de 2017, conforme se constatou das informações prestadas no Rol dos Responsáveis. Destarte, o assunto está sendo tratado junto à área correspondente, mediante atividade interna, (Relatório nº 08/2018) por esta Unidade de Auditoria Administrativa.

3. DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

TABELA 01 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Lei nº 16.199/16)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas (b)
RECEITAS	R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 95.242.040,58
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (c)	Dotação Atualizada (d)	Empenho (e)	Liquidação (f)	Pagamento (g)
DESPESAS	R\$ 1.030.286.334,00	R\$ 1.090.577.285,89	R\$ 1.089.921.446,38	R\$ 1.088.300.228,37	R\$ 1.087.965.364,53
Despesas Correntes	R\$ 1.030.256.334,00	R\$ 1.090.547.285,89	R\$ 1.089.921.446,38	R\$ 1.088.300.228,37	R\$ 1.087.965.364,53
Pessoal e Encargos Sociais (h)	R\$ 955.562.349,00	R\$ 982.520.019,89	R\$ 981.942.858,36	R\$ 981.942.858,36	R\$ 981.696.829,27
Outras Despesas Correntes (i)	R\$ 74.693.985,00	R\$ 108.027.266,00	R\$ 107.978.588,02	R\$ 106.357.370,01	R\$ 106.268.535,26
Despesas de Capital	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos (j)	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (d-c)	Resultado Orçamentário (b-e)		Restos a Pagar Não Processados (f-e)	Restos a Pagar Processados (g-f)
	Valor (k)	Déficit/Superávit	Valor (l)	Valor (m)	Valor (n)
	R\$ 60.290.951,89	Déficit	-994.679.405,80	R\$ 1.621.218,01	R\$ 334.863,84
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (k/c)	5,85%		Despesas Direta com Custeio (i/e)	9,91%	
Resultado Orçamentário (b/e)	-%		Despesas Direta com Investimento (j/e)	0,00%	
Execução da Receita (b/a)	-%		Despesas Pagas (g/e)	99,82%	
Execução da Despesa (e/d)	99,94%		Restos a Pagar Não Processados (m/e)	0,15%	
Despesas Diretas com Pessoal (h/e)	90,09%		Restos a Pagar Processados (n/e)	0,031%	

Fonte: Balanço Orçamentário, sistema S2GPR

6. Da análise do Balanço Orçamentário pertinente ao exercício de 2017, destaquem-se os seguintes pontos:

a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo;

- b) O valor das Receitas Realizadas refere-se às transferências dos depósitos judiciais, nos quais o Estado do Ceará é parte, conforme inciso I, § 2º do art. 101 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.679, consoante citado em Notas Explicativas;
- c) O nível de alteração orçamentária da Despesa foi positivo, em 5,85%, o que revela pouco replanejamento;
- d) A execução das Despesas equivale ao total empenhado em Despesas Correntes que concentrou 90,09% sobre despesas diretas com pessoal, restando 9,91% para despesas diretas com custeio, não havendo, portanto, empenho em despesa de capital (investimentos);
- e) O percentual dos recursos financeiros comprometidos com o pagamento de pessoal, manteve-se acima de 90%, assim como ocorreu no exercício de 2016, o qual foi de 91,93%;
- f) O índice de inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados) resultou em 0,18% do importe empenhado, não havendo divergência de valores apresentados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante;
- g) As Despesas inscritas em “Restos a Pagar” pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, serão pagas com as disponibilidades de caixa do Tesouro do Estado, a exemplo dos demais órgãos estaduais da Administração Direta. Salienta-se que, quanto menor for esse índice, melhor será o equilíbrio orçamentário.

3.2. BALANÇO FINANCEIRO

TABELA 02 – BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS FINANCEIROS		
Itens	Exercício Anual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	R\$ 95.242.040,58	R\$ 0,00
Ordinária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vinculada	R\$ 95.242.040,58	R\$ 0,00
Outros Recursos	R\$ 95.242.040,58	R\$ 0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	R\$ 1.088.391.134,45	R\$ 1.045.248.097,81
Com Execução Orçamentária	R\$ 1.087.884.852,58	R\$ 1.043.600.714,72
Para Execução de Restos a Pagar	R\$ 506.281,87	R\$ 1.647.383,09
Recebimento Extra-Orçamentários (III)	R\$ 830.108.637,31	R\$ 306.199.243,05
Inscrições de Restos a Pagar Processados	R\$ 334.863,84	R\$ 5.827,62
Inscrições de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 1.621.218,01	R\$ 454.610,15
Valores Restituíveis	R\$ 828.152.555,46	R\$ 305.738.805,28
Consignações do Exercício	R\$ 319.996.294,07	R\$ 305.738.805,28
Consignações de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Valores Restituíveis	R\$ 508.156.261,39	R\$ 0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total (V)= (I + II+ III + IV)	R\$ 2.013.741.812,34	R\$ 1.351.447.340,86
DISPÊNDIOS FINANCEIROS		
Itens	Exercício Anual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	R\$ 1.089.921.446,38	R\$ 1.044.468.719,37
Ordinária	R\$ 1.089.921.446,38	R\$ 1.044.468.719,37
Vinculada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Transferências Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	R\$ 320.422.063,99	R\$ 306.978.621,49
Restos a Pagar Processados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 280.512,98	R\$ 1.647.383,09
Valores Restituíveis	R\$ 320.141.551,01	R\$ 305.331.238,40
Consignações do Exercício	R\$ 319.915.561,80	R\$ 305.331.238,40
Consignações de Exercícios Anteriores	R\$ 225.989,21	R\$ 0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	R\$ 603.398.301,97	R\$ 0,00
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 603.398.301,97	R\$ 0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total (X)= (VI + VII + VIII + IX)	R\$ 2.013.741.812,34	R\$ 1.351.447.340,86

Fonte: Balanço Financeiro, S2GPR

7. Da análise do Balanço Financeiro pertinente ao exercício de 2017, destaquem-se os seguintes pontos:

a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo;

b) De acordo com o Balancete Mensal por Gestora – Dezembro/2017, extraído do S2GPR, o Saldo em Espécie para o Exercício foi composto pelas seguintes contas:

- Contas Gestão R\$ 0,00
- Contas Vinculadas R\$ 95.245.938,31
- Depósitos Judiciais R\$ 508.087.015,39
- Títulos Públicos R\$ 65.348,27
- **Caixa e Equivalentes de Caixa R\$ 603.398.301,97**

c) O montante registrado em Contas Vinculadas inclui o saldo de R\$ 3.897,73 pertinente à conta bancária 1700405-5 (Folha de Pagamento – Conta-Corrente), Ag. 8-6, do Banco do Brasil, correspondente a 03 (três) pagamentos rejeitos, por inconsistência nos dados bancários, referentes à folha de pagamento da competência de Dezembro/2017, tendo sido debitados em janeiro/2018. Outrossim, referida conta bancária (Folha de Pagamento – Investimento) apresentou saldo de R\$ 65.348,27, alusivo a pagamentos realizados e não sacados até 31.12.2017, segundo demonstrado em Notas Explicativas;

d) Foi evidenciada, ainda, em Nota Explicativa, uma diferença de R\$ 144.209,79 constante no extrato da conta 1715763-7 (Conta Especial Precatório EC 94/2016 – Estado do Ceará), Ag. 4030, da Caixa Econômica Federal, referente a rendimentos creditados em 29.12.2017 e não contabilizados na competência Dezembro/2017, tendo sido regularizados em 2018, através da NLC nº 13/2018;

e) O saldo da conta “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte” corresponde ao valor registrado na conta “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

TABELA 03 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				
Itens	Exercício 2017	Análise Vertical	Exercício 2016	Análise Horizontal
Ativo Circulante	R\$ 603.688.616,35	68,209%	R\$ 3.300,00	18.293.494,43%
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 603.398.301,97	68,176%	R\$ 0,00	%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 2.400,00	0,000%	R\$ 3.300,00	-27,27%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	R\$ 2.400,00	0,000%	R\$ 3.300,00	-27,27%
Estoque	R\$ 287.914,38	0,033%	R\$ 0,00	%
Almoxarifado	R\$ 287.914,38	0,033%	-	%
Ativo Não Circulante	R\$ 281.371.445,54	31,791%	R\$ 273.779.906,20	2,77%
Imobilizado	R\$ 273.607.408,65	30,914%	R\$ 266.015.869,31	2,85%
Bens Móveis	R\$ 124.665.242,07	14,086%	R\$ 119.432.969,21	4,38%
Bens Imóveis	R\$ 148.942.166,58	16,828%	R\$ 146.582.900,10	1,61%
Intangível	R\$ 7.764.036,89	0,877%	R\$ 7.764.036,89	0,00%
Softwares	R\$ 7.764.036,89	0,877%	R\$ 7.764.036,89	0,00%
Total	R\$ 885.060.061,89	100,000%	R\$ 273.783.206,20	223,27%
PASSIVO				
Itens	Exercício 2017	Análise Vertical	Exercício 2016	Análise Horizontal
Passivo Circulante	R\$ 509.492.631,47	57,57%	R\$ 1.143.249,03	44.465,32%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	R\$ 253.823,97	0,03%	R\$ 4.240,73	5.885,38%
Pessoal a Pagar	R\$ 252.583,97	0,03%	R\$ 3.040,73	8.206,69%
Benefícios Assistenciais a Pagar	R\$ 1.200,00	0,00%	R\$ 1.200,00	0,00%
Encargos Sociais a Pagar	R\$ 40,00	0,00%		%
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	R\$ 17,66	0,00%	R\$ 0,00	%
Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo	R\$ 17,66	0,00%	R\$ 0,00	%
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 509.238.789,84	57,54%	R\$ 1.139.008,30	44.608,96%
Valores Restituíveis	R\$ 509.145.550,63	57,53%	R\$ 1.134.546,18	44.776,58%
Outras Obrigações a Curto Prazo	R\$ 93.239,21	0,01%	R\$ 4.462,12	1.989,57%
Passivo Não-Circulante	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	%
Patrimônio Líquido	R\$ 375.567.430,42	42,43%	R\$ 272.639.957,17	37,75%
Resultados Acumulados	R\$ 375.567.430,42	42,43%	R\$ 272.639.957,17	37,75%
Superávits/ Déficit Acumulados	R\$ 375.567.430,42	42,43%	R\$ 272.639.957,17	37,75%
Superávits/ Déficit do Exercício	R\$ 112.831.491,43	12,75%	R\$ 25.496.675,97	342,53%
Superávits/ Déficit de Exercícios Anteriores	R\$ 272.639.957,17	30,80%	R\$ 389.016.551,71	-29,92%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-R\$ 9.904.018,18	-1,12%	-R\$ 141.873.270,51	-93,02%
Total	R\$ 885.060.061,89	100,00%	R\$ 273.783.206,20	223,27%
ATIVO REAL	Ativo Financeiro			R\$ 603.398.301,97
	Ativo Permanente			R\$ 281.661.759,92
PASSIVO REAL	Passivo Financeiro			R\$ 511.474.152,74
	Passivo Permanente			R\$ 0,00
ATIVO REAL LÍQUIDO	Saldo Patrimonial			R\$ 373.585.909,15

Obs: Análise Vertical (% do Ativo/Passivo Total), Análise Horizontal (Evolução da Conta)

Fonte: Balanço Patrimonial, S2GPR

8. Da análise do Balanço Patrimonial pertinente ao exercício de 2017, destaquem-se os seguintes pontos:

- Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo, apenas conta de resultado;
- O total do Ativo confere com o total do Passivo;

c) O saldo da Conta Caixa e Equivalente de Caixa do Balanço Patrimonial corresponde com o Saldo em Espécie para o Exercício seguinte do Balanço Financeiro, conforme demonstrado anteriormente;

d) Houve significativo aumento do *superávit* do exercício, em comparação ao exercício anterior, proveniente do repasse referente a EC 94/2016 (Depósitos Judiciais) para pagamento de débitos de precatórios do Estado do Ceará, cujo valor foi de R\$ 95.242.040,58;

e) Das análises não foi identificado registro contábil de depreciação, que é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos imobilizados de longa duração. Importante ressaltar que a aludida situação está sendo tratada pelas áreas responsáveis.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TABELA 04 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	Exercício 2017	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2016	Análise Horizontal
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.088.391.134,45	91,37%	1.045.248.097,81	4,13%
Transferências Intragovernamentais	1.088.391.134,45	91,37%	1.045.248.097,81	4,13%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	102.836.455,15	8,63%	6.014.702,82	1609,75%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	102.836.455,15	8,63%	6.014.702,82	1609,75%
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	1.191.227.589,60	100,00%	1.051.262.800,63	13,31%
VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	Exercício 2017	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2016	Análise Horizontal
PESSOAL E ENCARGOS	1.017.982.541,32	94,40%	968.950.570,54	5,06%
Remuneração a Pessoal	815.753.357,01	75,65%	797.485.714,44	2,29%
Encargos Patronais	155.036.148,05	14,38%	141.714.323,56	9,40%
Benefícios a Pessoal	45.706.377,96	4,24%	28.306.987,12	61,47%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	1.486.658,30	0,14%	1.443.545,42	2,99%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.062.673,49	0,38%	4.325.797,89	-6,08%
Pensões	3.857.617,10	0,36%	4.241.349,23	-9,05%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	205.056,39	0,02%	84.448,66	142,82%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	33.234.838,85	3,08%	35.555.121,16	-6,53%
Uso de Material de Consumo	8.768,24	0,00%	51.450,00	-82,96%
Serviços	33.226.070,61	3,08%	35.503.671,16	-6,42%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	843,60	0,00%	22.924,41	-96,32%
Juros e Encargos de Mora	843,60	0,00%	22.924,41	-96,32%
TRIBUTÁRIAS	2.340,00	0,00%	2.445,00	-4,29%
Contribuições	2.340,00	0,00%	2.445,00	-4,29%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	23.112.860,91	2,14%	16.909.265,66	36,69%
Premiações	0,00	0,00%	1.175,00	-100,00%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	23.112.860,91	2,14%	16.908.090,66	36,70%
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	1.078.396.098,17	100,00%	1.025.766.124,66	5,13%
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO	112.831.491,43		25.496.675,97	342,53%

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais, S2GPR

9. Da análise da Demonstração das Variações Patrimoniais, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não se observaram contas com inversão de saldo;
- b) Houve *superávit* patrimonial de R\$ 112.831.491,43, correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial;
- c) As Variações Aumentativas foram representadas sobretudo pelas Transferências Intragovernamentais, provenientes do Tesouro do Estado do Ceará, em R\$ 1.088.391.134,45. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se nas saídas de Pessoal e Encargos em R\$ 1.017.982.541,32, situação semelhante ao exercício anterior;
- d) O Resultado Patrimonial por Período apresentou um aumento de 342,53% em relação à 2016, devido à expressiva elevação das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, cujo saldo constituiu-se pelas contas a seguir:

- VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados R\$ 2.875,23
- Incorporações de Bens Provenientes dos Fundos R\$ 7.591.539,34
- Depósitos Judiciais – EC 94/2016 R\$ 95.242.040,58
- **Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas R\$ 102.836.455,15**

3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

10. Da análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa, destaque-se o seguinte:

- a) Verificou-se que o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais obteve o resultado de R\$ 603.398.301,97, correspondendo ao total da Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, haja vista apresentar saldos zerados em Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e de Financiamento.

4. GESTÃO FISCAL

11. Sobre a Gestão Fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que trata das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, estabelece, em seu art. 20, alínea “b”, o limite de 6% da Receita Corrente Líquida para fazer face às Despesas com Pessoal. No parágrafo único, art. 22 da citada Lei, constam restrições de gastos aplicáveis,

quando a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, ou seja, 5,70% da RCL.

12. Esta Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno ao analisar, a conformidade da execução orçamentária estabelecida pelas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e legislações afins, conforme inciso XIV da Lei Estadual nº 16.208/2017, verificou que o total da despesa executada com pessoal, para fins de apuração do limite no exercício em análise, assim representou da Receita Corrente Líquida do Estado:

- 1º quadrimestre – 5,08%
- 2º quadrimestre – 5,11%
- 3º quadrimestre – 5,32%

5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

13. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício de 2017 foi embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios e sistemas eletrônicos, submetidos a um procedimento prévio de avaliação visando à priorização dos trabalhos.

14. Por meio da elaboração de Matriz de Riscos, definiram-se, com razoável segurança, os processos e objetos que deveriam ser verificados, prioritariamente em função da vulnerabilidade de cada um deles e de sua importância relativa para os procedimentos de auditoria.

15. Considerando que os recursos do Tesouro com Custeio atingiu 9,91% do executado proporcionalmente, delimitou-se o universo passível de auditorias. Nesse sentido, atuou-se, basicamente, sobre a gestão administrativa do Tribunal de Justiça, restando a análise da regularidade das contratações de maior materialidade do órgão na Prestação de Contas do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU.

16. Em cumprimento às ordens de Serviços de Auditoria, e em obediência ao Plano Anual de Atividades de Auditoria, procedeu-se as seguintes atividades de auditoria, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência administrativa, da economicidade, dentre outras:

- a) Sistema para Progressão por Desempenho (Servidores) – Relatório 01/2017;
- b) Folha de Pagamento - Despesas com Pessoal Ativo – Relatório 04/2017;
- c) Despesas de Exercício Anterior – DEA Custeio – Relatório 06/2017;

- d) Reforma da sala de provas bélicas do Fórum Clóvis Beviláqua – Relatório 07/2017;
- e) Suprimentos de Fundos – Relatório 08/2017;
- f) Sistema de Gestão de Processos Judiciais de 2ª Instância (Módulo Distribuição de Processos) – Relatório 09/2017;
- g) Análise da Prestação de Contas, Exercício 2016 – Relatório 10/2017;
- h) Gerenciamento da frota própria de veículos do Poder Judiciário – Relatório 11/2017;
- i) Softplan Planejamento e Sistemas Ltda – Relatório 12/2017;
- j) Diárias de Magistrados – Relatório 13/2017;
- k) CT 13/2016 Criat Serviços de terceirização de mão de obra Ltda – Relatório 14/2017;
- l) Reforma Fórum de Sobral – Relatório 16/2017;
- m) Portal da Transparência – Relatório 17/2017.

17. Cumpre informar, que os achados de auditoria dos relatórios mencionados acima, foram sanados pelas áreas auditadas ou se encontram em processo de resolução. As inconsistências que ainda não foram solucionadas estão sendo acompanhadas por meio de monitoramento sistemático do cumprimento das recomendações/determinações por parte desta Unidade de Auditoria de Controle Interno.

18. Por sua vez, no que pertine aos exames de auditoria com foco nos processos de pagamento, verificou-se, a consonância da classificação orçamentária e da realização das fases da despesa, observando as competências internas delimitadas em Portarias, dentre outros aspectos. Para tanto, aponta-se as atividades de auditoria que resultaram no Relatório nº 03/2018, respeitante às Despesas de Exercício Anterior – Custeio, bem como, o Relatório nº 06/2018 relativo à Criat Serviços de terceirização de mão de obra Ltda., além de análises aleatórias em Notas de Empenhos.

19. Dos testes supracitados, convém destacar, o pagamento a título de indenização (processo nº 8516435-18.2017.8.06.0000) referente aos serviços prestados pela empresa Telemar Norte e Leste S/A, sem cobertura contratual, azo em que a Presidência determinou instauração de sindicância para conferir os motivos que levaram à inobservância das regras legais pertinentes às contratações e despesas públicas, no intuito de promover a responsabilidade de quem lhe deu causa.

20. Com o objetivo de avaliar a regularidade dos procedimentos licitatórios realizados no exercício 2017, foi analisada uma amostra de 17 (dezessete) processos para contemplar a atividade de auditoria, dentre eles, dispensa e inexigibilidade de licitações, Pregão Eletrônico e Concorrência. As impropriedades evidenciadas foram tratadas em Relatório de Auditoria e enviadas à área responsável, para serem sanadas.

21. Importante ressaltar, que em duas situações de dispensa de licitação, um mesmo objeto (serviços de manutenção predial), foi contratado em caráter emergencial, um para o período de 160 dias (CT nº 24/2017), e o outro para 180 dias (CT nº 49/2017).

22. Por sua vez, a Presidência deste Tribunal determinou instaurações de sindicâncias para apurar ocorrência de eventual desídia funcional ou má gestão por parte de servidores, como possível causa de contratações emergenciais (Contratos nºs 26/2017, processo nº 8512631-42.2017.8.06.0000 49/2017 e 49/2017, processo nº 8522345-26.2017.8.06.0000).

23. Acerca da execução dos recursos relativos aos Suprimentos de Fundos, concedidos pelo Poder Judiciário Cearense, no exercício de 2017, objeto de análise quanto a sua regularidade e as respectivas prestações de contas, foi considerada satisfatória, atendendo à legislação vigente. Foram analisados, de forma amostral, 55 processos de concessão de suprimento de fundos. As inconsistências apontadas foram tratadas no Relatório de Auditoria Interna nº 02/2018.

6. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

24. A definição e os rumos da política de recursos humanos guardam sintonia com o Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará, aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 05/2015 e revisado pelas Resoluções do Órgão Especial nºs 07/2017 e 16/2018, em relação ao qual a Secretaria de Gestão de Pessoas é gestora de 5 (cinco) metas estratégicas: 27) Índice de capacitação nas competências profissionais; 28) Índice de servidores efetivos; 30) Índice de governança em gestão de pessoas; 31) Percentual de unidades em conformidade com a lotação paradigma; e 32) Índice de execução do Plano de Gestão de Pessoas.

25. Sobre as ações e projetos geridos ou acompanhados pela Secretaria de Gestão de Pessoas durante o exercício 2017, merecem destaque:

- i. Elaboração e aprovação do Código de Ética e do Regulamento Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 08/2017, acompanhada da instituição da Comissão Permanente de Ética e Disciplina;
- ii. Realização da 5ª edição da Pesquisa de Clima Organizacional, no período de 09 a 27 de outubro de 2017, direcionada a todos os colaboradores do Poder Judiciário cearense (magistrados, servidores efetivos e comissionados, terceirizados e estagiários), cujo objetivo é mensurar a satisfação do colaborador em relação ao seu ambiente de trabalho e obter, pelo menos, 70% de avaliações positivas do clima organizacional. O indicador de satisfação consta no Plano Estratégico 2015-2020;
- iii. Fortalecimento da Gestão da Creche do Poder Judiciário por meio de alteração da composição do Conselho Deliberativo, com previsão de realização de eleição do representante dos pais de alunos, conforme Resolução do Órgão Especial nº 27/2017, e continuidade do processo seletivo e transparente de novos alunos para o exercício 2018, conforme Edital nº 124/2017;
- iv. Nova regulamentação do Programa de Estágios do Poder Judiciário, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 10/2017 e alteração do processo seletivo junto ao Agente de Integração, com inclusão de duas questões dissertativas sobre o tema relacionado ao curso do candidato e a alteração dos requisitos mínimos (aumento da média geral);
- v. Normatização sobre férias dos servidores, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 24/2017, que estabeleceu critérios e parâmetros técnicos para a solicitação, concessão e usufruto de férias. Ação inédita de programação das férias de servidores para o exercício 2018 em sistema informatizado;
- vi. Disciplinamento da cessão de servidores para órgãos externos, nos termos da Resolução do Órgão Especial nº 21/2017;
- vii. Instituição do Modelo de Avaliação e Gestão do Desempenho por Competências, incluindo a Avaliação Especial de Desempenho do estágio probatório, conforme Portaria nº 1545/2017. Aplicação, nos meses de novembro e dezembro de 2017, da primeira avaliação especial de desempenho do estágio probatório, disciplinada por Portaria nº 1938/2017, que resultou na estabilidade de 79 (setenta e nove) servidores, conforme Portaria nº 89/2018. Início do desenvolvimento de sistema de avaliação de desempenho de servidores efetivos estáveis,

servidores ocupantes de cargo em comissão e servidores em estágio probatório, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação;

viii. Implantação de 2 (dois) ciclos completos de ascensão funcional – progressão por antiguidade e por desempenho e promoção por antiguidade e por desempenho – referentes aos interstícios 2014-2015 (Editais n.ºs. 91/2017 e 94/2017) e 2015-2016 (Editais n.ºs 127/2017 e 128/2017);

ix. Movimentações de servidores por meio de remoção e processos de seleção internos:

– Edital n.º 78/2016: concurso de remoção para Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Oferta: 25 carências. Resultado: remoção de 18 servidores, conforme Portaria n.º 839/2017;

– Edital n.º 13/2017: processo seletivo, em caráter temporário, para ocupantes dos cargos de Analista Judiciário–Execução de Mandados/Oficial de Justiça Avaliador. Oferta: 15 vagas. Resultado: seleção e disposição temporária de 15 Oficiais de Justiça, conforme Portaria n.º 529/2017;

– Edital n.º 38/2017: processo seletivo de servidores para lotação nas unidades da Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça. Oferta: 46 vagas.

Resultado: lotação de 8 servidores, conforme Portaria n.º 884/2017;

– Edital n.º 98/2017: concurso de remoção para cargos e funções do Quadro III – Poder Judiciário. Oferta: 46 carências para cargos de Oficial de Justiça e 87 carências para demais cargos/funções efetivos em comarcas de entrâncias inicial, final e intermediária. Resultado: remoção de 15 Oficiais de Justiça e 74 servidores dos demais cargos/funções, conforme Portaria n.º 1.812/2017;

x. Normatização sobre concessão de licença a servidor por motivo de estudo em cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), por meio da Resolução do Órgão Especial n.º 17/2017;

xi. Normatização sobre o afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional, nos termos da Resolução do Órgão Especial n.º 16/2017;

xii. Ações de capacitação e desenvolvimento:

– aprovação do Plano de Educação Corporativa de 2017 (Proc. Adm. Nº 8505753-67.2018.8.06.0000), em conformidade com as diretrizes do Plano Estratégico 2015- 2020, apresentando os seguintes resultados: realizados 135 cursos internos, 11 cursos externos ou com parceiros externos, totalizando 1.979 servidores capacitados;

– execução do Programa de Desenvolvimento de Gestores da Área Judiciária (Assessores, Assistentes e Supervisores de Vara da Área Judiciária), através de curso com módulos presencial e EAD que contemplam as competências necessárias aos servidores públicos que exercem cargos em comissão, e o conhecimento do funcionamento do Poder Judiciário e dos sistemas informatizados utilizados no desenvolvimento das atividades;

– execução do Curso de Formação Inicial de Novos Servidores, com capacitação de 20 servidores então recém-nomeados nos seguintes temas: “Procedimentos de Vara”, “Conhecendo a estrutura e os procedimentos administrativos”, “O Planejamento Estratégico e as Metas do Judiciário cearense”, na modalidade presencial e “Sistemas Informatizados em Uso no TJCE”, “Noções de Gestão de Processos” e “Noções de Processo Penal e Civil”, na modalidade à distância;

xiii. Recadastramento de 4.133 magistrados e servidores ativos e aposentados, regulado por Portaria nº 1623/2017;

xiv. Gestão da Folha de Pagamento, por meio do aprimoramento dos instrumentos de controle e de acompanhamento sistemático da evolução das despesas de pessoal pagas em folha. Implantação de benefícios na folha de pagamento em 2017, com destaque para: implantação dos novos cargos em comissão criados na Reforma Administrativa instituída pela Lei estadual nº 16.208/2017; aplicação de reajuste aos servidores (Lei estadual nº 16.262/2017); pagamento da 4ª Parcela da isonomia prevista na Lei estadual nº 15.645/2014; pagamento das ascensões funcionais relativas aos interstícios 2014/2015 e 2015/2016; reajuste e equiparação do auxílio alimentação de magistrados e servidores (Resoluções nºs 12/2017 e 14/2017); processamento da folha de pagamento mensal de acordo com o calendário estadual;

xv. Ações de Saúde Ocupacional, na forma de palestras, oficinas diversas, rodas de conversa, campanhas de vacinação, aulas de dança, totalizando 26 ações de promoção da saúde, com assinatura de convênio e campanhas midiáticas, beneficiando aproximadamente 1.826 colaboradores do Poder Judiciário;

xvi. Estabelecimento de canal de diálogo permanente com as entidades sindicais representativas das categorias de servidores do Poder Judiciário, por meio de Comissão instituída por Portaria nº 645/2017. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões da Comissão com a presença do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará – SINDJUSTIÇA/CE e do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Ceará – SINDOJUS/CE.

xvii. Nomeação de 30 (trinta) novos servidores efetivos, em face do Concurso Público regido pelo Edital nº 1-TJCE, de 13.02.2014.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

26. Registre-se, por oportuno, que os demonstrativos contábeis e financeiros são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR da Secretaria da Fazenda, a quem cabe o gerenciamento do sistema de execução orçamentária financeira e contábil patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual.

27. Não há registros nessa Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno de denúncias com repercussão no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, atinentes ao exercício de 2017.

28. Por fim, esta Unidade de Auditoria Administrativa considera que a Prestação de Contas apresentada está em condição de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, mediante prévia manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Fortaleza, 13 de julho de 2018.

Leonel Gois Lima Oliveira
Auditor Chefe